



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

GABINETE DA VEREADORA PROFESSORA

LÍVIA

LIDO

EM: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

2º SECRETÁRIO

PROJETO DE LEI

PROTOCOLO LEGISLATIVO

PROCESSO Nº 3635/2025

ALTERA A LEI Nº 6.946/2012, ACRESCENTANDO O INCISO XI AO ART. 141, O INCISO III AO ARTIGO 142, MODIFICANDO A REDAÇÃO DO ARTIGO 143, MODIFICANDO A SEÇÃO II AO CAPÍTULO V, ACRESCENTANDO O ART. 144-A E MODIFICANDO A REDAÇÃO DOS ARTIGOS 146 E 147, PARA GARANTIR LICENÇA DE TRÊS DIAS CONSECUTIVOS, A CADA MÊS, ÀS MULHERES E DEMAIS PESSOAS QUE MENSTRUAM QUE COMPROVEM SINTOMAS GRAVES ASSOCIADOS AO FLUXO MENSTRUAL.

Art. 1º Esta lei altera a lei nº 6.946/2012, acrescentando o inciso XI ao art. 141, o inciso III ao artigo 142, modificando a redação do artigo 143, modificando a seção II ao Capítulo V, acrescentando o art. 144-A e modificando a redação dos artigos 146 e 147, para garantir licença de três dias consecutivos, a cada mês, às mulheres e demais pessoas que menstruam que comprovem sintomas graves associados ao fluxo menstrual.

Art. 2º. O art. 141 passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XI :

“Art.

141.....

XI - por motivos de sintomas graves associados ao fluxo menstrual”

Art. 3º O art. 142 passa a vigorar acrescido do seguinte inciso III:

"Art. 142-.....

III- no caso do inciso XI do art. 141, mediante apresentação de laudo ou atestado médico, sem prejuízo da remuneração."

Art. 4º O artigo 143 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 143. A licença concedida dentro de 60 (sessenta) dias do término de outra da mesma espécie, com exceção da prevista no inciso XI, será considerada como prorrogação."

Art. 5º. A da Seção II do Capítulo V, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Seção II Da licença para tratamento de saúde e da licença por motivos de sintomas graves associados ao fluxo menstrual."

Art. 6º A Lei 6.946/2012 passa a vigorar acrescida do art. 144-A, nos seguintes termos:

"Art. 144-A. A licença por motivo de sintomas graves associados ao fluxo menstrual , prevista no inciso XI, será concedida por até três dias consecutivos, a cada mês, à pessoa que requerer o benefício no período menstrual, mediante apresentação de laudo ou atestado médico, sem prejuízo da remuneração."

Art. 7º. O art. 146 da Lei 6.946/2012 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 146. No curso da licença para tratamento de saúde o servidor abster-se-á de atividade remunerada, sob pena de interrupção imediata da mesma licença com perda total de vencimento ou remuneração, até que reassuma o cargo."

Art. 8º. O art. 147 da Lei 6.946/2012 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 147. No caso da licença para tratamento de saúde, será punido com a pena de advertência, o servidor que recusar a inspeção médica, cessando os efeitos da pena, logo que se verifique a inspeção."

Art. 9º A lei 6.946/2012 permanece inalterada nas demais disposições.

Art. 10. Fica o poder executivo municipal autorizado a conceder incentivos fiscais às empresas que garantam a licença de três dias por motivos de sintomas graves associados ao fluxo menstrual para seu quadro de funcionários.

Art. 11 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

### **JUSTIFICATIVA**

A cada mês as mulheres e pessoas que menstruam em idade fértil enfrentam desconfortos, em graus variados, no período menstrual. Para a maioria delas, esse período é marcado por sintomas de intensidade leve ou mediana como cólicas, indisposição, dor de cabeça ou enxaqueca. Mas, cerca de 15% das mulheres e pessoas que menstruam enfrentam sintomas graves, com fortes dores na região inferior do abdômen e cólicas intensas, que chegam, muitas vezes, a prejudicar sua rotina.

É sabido que toda menstruação vem acompanhada de contrações uterinas, o que provoca cólicas, mas em alguns casos estas contrações chegam a uma intensidade incompatível com a rotina profissional. Para esses casos, nada mais justo que garantir uma licença de três dias. A dismenorreia, como é conhecida a "menstruação difícil", é uma causa comum de falta ao trabalho e à escola. Se na escola, o prejuízo da ausência se concentra na perda de conteúdo e avaliações que podem ser repostas, no ambiente profissional as faltas podem levar a descontos no salário e demissões.

Para não correr esse risco, não são poucas as mulheres que comparecem ao trabalho mesmo apresentando quadros agudos de náuseas, vômitos, diarreia, fadiga, febre, dor nos seios

(mastalgia) e dor de cabeça.

Para enfrentar essa situação, há debate sobre a licença remunerada no Congresso Nacional, assim como há iniciativas similares em outros municípios.

Sala das Sessões, Quinta - feira, 06 de março de 2025



**PROFESSORA LÍVIA**  
**Vereadora**